



*[Handwritten signature]*

#### 4.ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Lisboa

##### Ambiente e Qualidade de Vida

#### PARECER da Proposta de subscrição do **Pacto de Milão**

Na sequência da entrada na Assembleia Municipal de Lisboa da Proposta de adesão pelo Município de Lisboa ao Pacto de Milão, nos termos do Edital n.º 08/CML/2016 do Conselho Metropolitano de Lisboa e da sua remessa pela Sr.ª Presidente da Assembleia à Comissão competente em razão da matéria, a Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida deliberou emitir o seguinte Parecer::

#### I – CONSIDERANDOS


- a. As Cidades albergam cerca de metade da população mundial e têm um papel estratégico a desempenhar no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e na promoção de dietas saudáveis.
- b. Apesar das especificidades de cada Cidade ou Município, todos são centros de inovação económica, política e cultural, gerindo uma diversidade de recursos, infra-estruturas e investimentos públicos;
- c. Os actuais sistemas alimentares são chamados a oferecer o acesso permanente e fiável a alimentação adequada, segura, local, diversificada, justa, saudável, nutritiva e rica e que o abastecimento alimentar enfrenta múltiplos obstáculos, nomeadamente, desequilíbrios na distribuição e no acesso, degradação ambiental, escassez dos recursos e alterações climáticas, padrões de produção e consumo não sustentáveis, assim como desperdício alimentar na produção e no consumo;



- d. A urbanização acelerada do território causa impactos profundos no planeta, nas suas dimensões económicas, sociais e ambientais, levando à necessidade de repensar as formas de aprovisionamento de alimentos e de água e bem assim dos bens e serviços essenciais;
- e. As várias formas de fome e a malnutrição, coexistem nas cidades, representando um fardo pesado na saúde e bem-estar de cada um, gerando elevados custos sociais e económicos às famílias, à comunidade, aos municípios e aos países;
- f. A agricultura familiar e a produção alimentar de pequena escala, especialmente e em muitos países, as Mulheres produtoras desempenham um papel crucial na alimentação dos territórios rurais e urbanos, ao ajudarem a manter os sistemas alimentares equitativos, resilientes e culturalmente apropriados; reorientando as cadeias de valor para regimes alimentares sustentáveis e constituindo assim a ligação entre consumidores e os produtores;
- g. A agricultura urbana e peri-urbana oferece oportunidades para a conservação e integração da biodiversidade nas paisagens e nos sistemas alimentares dos Municípios, contribuindo para a criação de sinergias entre a segurança alimentar e os diferentes ecossistemas, promovendo o bem-estar;
- h. As políticas alimentares estão directamente relacionadas com muitos desafios urbanos, como protecção social, a pobreza, a saúde, a higiene, o saneamento, o ordenamento e uso dos solos, o transporte e o comércio, a energia, a educação, a prevenção de catástrofes naturais, sendo portanto essencial adoptar uma abordagem integrada, interdisciplinar e interinstitucional;
- i. A sociedade civil e o sector privado têm um papel importante a desempenhar na alimentação urbana, ao trazerem experiência, inovação e campanhas para a adopção de sistemas alimentares mais sustentáveis e para a afirmação pública da urgência de políticas alimentares urbanas, socialmente inclusivas e respeitadoras dos direitos humanos;

## II – DESENVOLVIMENTO

- a. As cidades e outros municípios signatárias/ios do Pacto de Milão, comprometeram-se a promover estratégias e acções para a mitigação de Gases com Efeito de Estufa e a adaptarem-se aos impactos das alterações



climáticas nos sistemas alimentares urbanos, como acordado nos sucessivos Fora Mundiais Urbanos e na III Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, com gestão da biodiversidade através das iniciativas constantes da Convenção sobre Diversidade Biológica;

- b. Esses municípios, conjuntamente com os seus territórios vizinhos ou adjacentes, procedem à operacionalização internacional dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e metas da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, coimo partes interessadas que são, nas negociações da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (COP21), decisivas no contributo para o Desafio da Fome Zero, na adopção de regimes alimentares urbanos sustentáveis, como definidos na Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição, pretendendo desempenhar papel relevante no quadro pós-2015 para a Redução do Riscos de Catástrofes, no seguimento da Reunião Internacional havida na cidade de Milão, Itália, por ocasião da Expo Milão, sob o lema **Alimentando o Planeta, Energia para a Vida.**

## II – ANÁLISE da PROPOSTA

- a. O A Câmara Municipal pode submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de \autorização, a participação com outras entidades no planeamento que directamente se relacione com as atribuições do município, assim como elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projectos de regulamentos externos e deliberar também sobre a constituição e participação nas Associações prevista no Capítulo IV, Título III, Art.º 63.º – Entidades inter-municipais, pela aplicação conjunta das al.ªs b), k), s) e ff) do n.º 1 do Art.º 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, estabelecido pela Lei n.º 75/2013 de 12SET;
- b. Compete à Assembleia Municipal, nos termos das al.ªs h) e u) do n.º 1 e al.ª k) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12SET, aprovar os planos necessários à prossecução das atribuições do município, assim como autorizar a constituição de entidades intermunicipais e, em geral, pronunciar-se sobre todos os assuntos que visem a prossecução dessas atribuições.

c. A subscrição pelo Município de Lisboa do Pacto de Milão, pressupõe a assunção dos seguintes compromissos, perante os restantes membros do Conselho e Área Metropolitana de Lisboa, assim como perante os parceiros internacionais:

- i. Trabalhar no sentido de desenvolver sistemas alimentares que sejam inclusivos, resilientes, seguros e marcados pela diversidade que providenciem alimentação economicamente acessível e saudável a todas as pessoas, numa abordagem assente nos direitos humanos, e que minimize o desperdício e conserve a biodiversidade, permitindo a adaptação e a mitigação dos impactos de alterações climáticas;
- ii. Encorajar a coordenação interdepartamental e intersectorial ao nível municipal, incluindo no âmbito das áreas metropolitanas e das comunidades intermunicipais, trabalhando a integração das questões da política alimentar urbana nas políticas, programas e iniciativas económicas, sociais e ambientais, tais como, o fornecimento e a distribuição alimentar, a segurança social, a nutrição, igualdade de género e produção alimentar, a educação, segurança alimentar e a redução da perda e desperdício;
- iii. Estabelecer a coerência entre as políticas e programas municipais relacionados com a alimentação e as políticas e processos relevantes a nível local, nacional e internacional;
- iv. Procurar envolver todos os sectores do sistema alimentar (incluindo as autoridades locais em territórios vizinhos, organizações técnicas e académicas, sociedade civil, produtores de pequena escala e sector privado, na formulação, implementação e avaliação de todas as políticas, programas e iniciativas relacionadas com a alimentação;
- v. Proceder à revisão de todas as políticas, planos e regulamentos urbanos existentes, de modo a encorajar o estabelecimento de sistemas alimentares equitativos, resilientes e sustentáveis;
- vi. Utilizar o Quadro Geral para a Acção como ponto de partida para abordar o desenvolvimento do seu próprio sistema alimentar e partilhar os respectivos desenvolvimentos com os restantes subscritores do Pacto, assim como com o Governo e Agências internacionais, se e quando apropriado;
- vii. Encorajar outros municípios, áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais a aderirem às acções relacionadas com as políticas alimentares



### III – QUADRO GERAL PARA A ACÇÃO

É o seguinte o Quadro Geral de Acção sobre Política Alimentar Urbana, a cumprir pelos signatários e subscritores do Pacto de Milão, sendo a sua natureza voluntária, detendo a finalidade de fornecer opções estratégicas aos /Municípios que pretendam implementar ou desenvolver sistemas alimentares mais sustentáveis ao subscreverem o Pacto de Milão sobre Políticas Alimentares Urbanas, lançado por ocasião da Expo Milão de 2015 sob o lema **Alimentando o Planeta, Energia para a Vida**, devendo ser visto como porta de acesso ao cumprimento do objectivo comum dos sistemas alimentares sustentáveis.

Muitas das intervenções (tal como as refeições escolares ou jardins comunitários) poderão estar sob jurisdição de um ou mais departamentos ou agências municipais, com impacto em diferentes dimensões (económica, social, da saúde e ambiente) .

Os Municípios poderão seleccionar, adaptar, e agrupar opções convertendo-as em linhas orientadoras de modo a adequarem-se às suas circunstâncias particulares.

Estão disponíveis repositórios em Rede Virtual Mundial, com material informativo adaptado e exemplos de Boas Práticas que poderão servir como referencial orientador complementar.

São as seguintes, as acções recomendadas para garantir ambiente favorável na sustentabilidade alimentar:


1. Facilitar a colaboração entre departamentos e organismos dos Municípios e promover o alinhamento das políticas e de programas que tenham impacto nos sistemas alimentares em múltiplos sectores e níveis administrativos, adoptando e tornando transversal a abordagem baseada nos direitos humanos, pela eventual alocação de funcionários municipais, revisão de funções e processos e reatribuição de recursos.
2. Aumentar a participação das partes interessadas ao nível municipal através de diálogo político e, se apropriado, através da nomeação de conselheiros de política alimentar e/ou desenvolvimento de uma plataforma incluindo todos os agentes sociais ou de um Conselho Alimentar, ou ainda, através da educação e sensibilização da opinião pública.

3. Identificar, registar e avaliar as iniciativas locais e os movimentos da sociedade civil relacionados com a alimentação com vista a transformar as Boas Práticas em programas e políticas relevantes, com o apoio da investigação local ou de instituições de ensino.
4. Desenvolver políticas e planos urbanos alimentares e assegurar a alocação apropriada de recursos à administração do Município, especificamente orientados para as políticas e programas relacionados com alimentação. Rever, harmonizar e reforçar os regulamentos municipais; construindo capacidades estratégicas para sistemas alimentares mais sustentáveis, saudáveis e equitativos, equilibrando os interesses urbanos e rurais.
5. Desenvolver ou melhorar os sistemas de partilha de informação multisectoriais com vista a desenvolver a política e os processos de responsabilização através do aumento da disponibilidade, da quantidade, da qualidade, da gestão e da troca de dados relacionados com os sistemas alimentares urbanos, incluindo a recolha formal de dados e a informação gerada pela sociedade civil.
6. Desenvolver uma estratégia de redução de riscos de catástrofes de modo a aumentar a resiliência dos sistemas alimentares urbanos, especialmente nos Municípios mais afectados por alterações climáticas, por crises prolongadas e por insegurança alimentar crónica, em áreas urbanas e rurais.
7. Promover dietas e princípios de nutrição sustentáveis, no sentido de serem comprovadamente saudáveis, seguras, culturalmente apropriadas, amigas do ambiente e respeitadoras dos direitos humanos, promovendo educação adequada e programas de saúde, em Escolas, Instituições de apoio social e em locais de comércio de produtos alimentares.
8. Lidar com doenças não transmissíveis associadas a regimes alimentares inadequados e à obesidade, dando especial atenção à redução, quando apropriada, do consumo de carne, açúcares, sal e gorduras, aumentando o consumo diário de frutas, legumes e alimentos não processados.
9. Desenvolver directivas de dieta sustentável para informação de consumidores e os agentes de planificação alimentar urbana, em particular os centros de compras, fornecedores de serviços alimentares, retalhistas, produtores e transformadores e promover campanhas de formação e comunicação.



10. Adaptar os referenciais de normalização, tornando mais acessíveis as dietas sustentáveis e o consumo de água potável nos serviços públicos, em hospitais, centros de saúde, infantários, locais de trabalho, escolas, serviços de fornecimento de refeições prontas e de restauração, autarquias, locais de detenção pessoal e, como seja adequado, no sector grossista e retalhista alimentar.
11. Promover dietas sustentáveis em empresas públicas e privadas através de políticas de publicidade e de rotulagem, explorar a aplicação de incentivos e desincentivos económicos, adaptar as regras relacionadas com a promoção de produtos alimentares e de bebidas não alcoólicas, nos termos das recomendações da Organização Mundial de Saúde.
12. Implementar estratégias integradas centradas nas pessoas, em sectores da saúde e agro-alimentares, com vista à promoção de formas de vida saudáveis e inclusivas.
13. Investir e comprometer-se em atingir o acesso universal à água e aos sistemas de saneamento público, através de parcerias e da participação da sociedade civil, se apropriado, no sentido de maior igualdade social e económica.
14. Utilizar os sistemas de protecção social em Bancos Alimentares, cantinas sociais, ou cozinhas comunitárias, de modo a permitir acesso da alimentação saudável às populações mais vulneráveis, tendo em conta os credos, a cultura, as tradições, os hábitos alimentares e as preferências das diferentes comunidades, para maior dignidade social e redução da marginalização.
15. Orientar os programas alimentares escolares e em outros serviços institucionais relacionados com a alimentação, de modo a fornecer alimentação saudável, de origem local e regional, sazonal e produzida de modo sustentável.
16. Desenvolver políticas de pleno emprego, de relações económicas sãs, de salários justos e de melhores condições laborais no sector agrícola e alimentar, em igualdade de Homens e Mulheres.
17. Encorajar e apoiar actividades de economia social e solidária, prestando particular atenção às relacionadas com os produtos alimentares que constituam fonte de rendimento sustentável para as populações mais vulneráveis, a todos os níveis da cadeia de valor agro-alimentar e que facilitem o acesso a alimentação saudável e segura nas áreas rurais e urbanas.



- 
18. Promover redes e apoiar acções das comunidades de base, como sejam hortas e jardins comunitários, restauração colectiva pública e cantinas sociais, promovendo inclusão social e fornecendo alimentação adequada aos grupos e pessoas mais vulneráveis.
  19. Reforçar a produção alimentar local, com formação e investigação participativa, no sentido do aumento da igualdade económica e social, em abordagem baseada nos direitos humanos, na luta contra a pobreza e no acesso a alimentação adequada e nutritiva.
  20. Promover através de acções sustentáveis, a produção alimentar urbana e periférica, integrando-a no planos de resiliência do Município.
  21. Procurar a coerência entre a produção, o processamento e a distribuição de alimentos em meio urbano e rural adjacente, com prioridade aos produtores agrícolas de base familiar, em particular a mulheres e a jovens.
  22. Aplicar uma abordagem baseada nos ecossistemas de modo a orientar o uso, o ordenamento e a gestão integrada dos solos, em colaboração com as autoridades urbanas e rurais e outros gestores de recursos naturais, combinando as várias características locais através de estratégias de minimização de riscos, com aumento das oportunidades de produção agrícola ecológica, da conservação da biodiversidade e da adaptação a alterações climáticas, ao turismo e ao lazer.
  23. Permitir o acesso e proteger a posse segura das terras para produção sustentável de produtos alimentares nas áreas urbanas e periféricas, incluindo terra para hortelãos e jardineiros comunitários, pequenos produtores, através de Bancos ou Cooperativas de Terra e da cedência de parcelas municipais para a produção agrícola local, promovendo a integração dos programas de uso dos solos com os programas de ordenamento urbano.
  24. Apoiar os produtores alimentares nos territórios urbanos e adjacentes, incluindo formação técnica e assistência financeira, em crédito, tecnologia, segurança e acesso ao mercado, de modo a constituir um sistema alimentar saudável, viável e multi-geracional, com insumos de compostos provenientes de desperdício alimentar e aproveitamento eventual de águas cinzentas.
  25. Apoiar os circuitos curtos agro-alimentares, organizações de produtores, redes e plataformas que aproximem o produtor do consumidor e outros sistemas de



mercado que integrem as infra-estruturas económicas e sociais do sistema alimentar urbano, estabelecendo a ligação com as áreas rurais, através de iniciativas sociedade civil de economia social e solidária.

26. Melhorar a gestão da água residual e sua reutilização na agricultura e produção alimentar através de políticas e programas que usem abordagens participativas.
27. Avaliar os fluxos alimentares para e através Das áreas urbanas, de modo a garantir que as populações com baixos rendimentos possam ter acesso a produtos alimentares frescos a preços acessíveis e a garantir um planeamento logístico e de transportes sustentável, com redução das emissões de carbono.
28. Melhorar os sistemas de armazenamento de alimentos e respectivas tecnologias de processamento, transportes e distribuição, ligando as áreas periféricas e as áreas rurais de proximidade, potenciando o consumo de produtos sazonais, reduzindo a insegurança alimentar, o desperdício na produção e no consumo, com ênfase para as pequenas e médias empresas agro-alimentares que operam nas diferentes fases da cadeia de valor e que podem criar emprego adequado e estável.
29. Avaliar, rever e/ou reforçar os sistemas de verificação de qualidade alimentar implementando legislação e regulamentação local sobre segurança alimentar que:
  - i. Assegure que os produtores e fornecedores alimentares em toda a cadeia de valor operam de forma responsável;
  - ii Elimine as barreiras de acesso ao mercado para os pequenos produtores e agentes da agricultura familiar;
  - iii Integre as dimensões de segurança alimentar, saúde e de ambiente.
30. Rever as políticas de compras públicas e de comércio de modo a facilitar o fornecimento alimentar aos Municípios de produtos agro-alimentares vizinhos, assegurando alimentos saudáveis, facilitando o acesso ao emprego e garantindo condições de justiça e sustentabilidade da produção, assim beneficiando os produtores e consumidores mais vulneráveis, pela maximização do potencial da contratação pública no apoio ao direito a uma alimentação adequada.



31. Apoiar os mercados públicos, locais e municipais, incluindo feiras, mercados informais, grossistas, retalhistas, restaurantes e outros distribuidores alimentares, reconhecendo as diferentes abordagens dos Municípios, provenientes das circunstâncias específicas de mercado.
32. Melhorar e alargar o apoio às infra-estruturas relacionadas com os sistemas de mercado que ligam os consumidores urbanos aos vendedores urbanos, periféricos e rurais, contribuindo para maior coesão social, apoiando o intercâmbio social e cultural e assegurando rendimentos sustentáveis para empreendedores, especialmente mulheres e jovens.
33. Reconhecer a contribuição do sector informal para os sistemas alimentares urbanos em termos de fornecimento de alimentos, criação de empregos, promoção de regime alimentar local e gestão ambiental, apoiando a formação nas áreas da segurança alimentar, dietas sustentáveis, prevenção e gestão de desperdício alimentar.
34. Convocar todos os actores relevantes no sistema alimentar para avaliarem e monitorizarem o desperdício alimentar e promover a sua redução a todos os níveis, incluindo na produção, no processamento, no embalamento, na preparação dos alimentos, no manuseamento e apresentação, na reutilização e na reciclagem, garantindo transparência, responsabilização e integração.
35. Sensibilizar o público em geral para a problemática do desperdício alimentar, através de campanhas, convocando as instituições de educação, os mercados comunitários, as lojas comerciais e solidárias e outras agentes económicos.
36. \Colaborar com o sector privado, com as instituições de investigação e educação e com as organizações de base comunitária para desenvolver e rever os regulamentos municipais nos processos de certificação, classificação e determinação dos prazos de validade, reduzindo assim o desperdício e garantindo a recuperação de alimentos e de embalagens através de sistemas adequados de reciclagem.
37. Favorecer a recuperação e a redistribuição de alimentos seguros e nutritivos destinados ao consumo humano que estejam em risco de perda ou desperdício, nas fases de produção, transformação, venda por grosso, retalho, restauração, ou por produtores e distribuidores de refeições prontas.

#### IV – CONCLUSÕES

Reputam-se de extremamente virtuosas as intenções expressas pelos signatários, como definidas nas Considerações, Objectivos e no Quadro Geral sobre Política Alimentar Urbana e que, apresentando um maior ou menor grau de dificuldade na sua implementação, constituem à evidência um relevante. Programa de Acção, perspectivando um futuro mais sustentável e solidário

A apreciação cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão deste Parecer.

#### V – RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se à Câmara Municipal de Lisboa que subscreva o texto e documentação complementar do chamado **Pacto de Milão**, sem prejuízo de quaisquer reservas ou dilações que entenda adequadas ao actual quadro situacional alimentar e de sustentabilidade ambiental, na área administrativa do Município de Lisboa.

#### VI – ANEXOS

Os signatários consideraram desnecessária a junção ao presente Parecer de quaisquer outros elementos documentais, nem tal foi solicitado por qualquer Deputado/a ou Grupo Municipal.

Os Grupos Municipais e Deputados/as Independentes representados/as nas Comissões reservam para o Plenário, a expressão do seu sentido de voto.

Este Parecer foi APROVADO por Unanimidade dos Grupos Municipais e Deputados Independentes representados ou pertencentes nas/às Comissões.

Assembleia Municipal de Lisboa, 20 de Julho de 2016

A Presidente da 4.ª Comissão

O Deputado-Relator



---

(Sofia Cordeiro)



---

(João de Magalhães Pereira)